

AMAZÔNIA

Número de investigados pelas mortes de Bruno Pereira e Dom Phillips sobe para cinco e PF tenta descobrir o que levou às execuções. Parentes pedem paz e cobram Justiça

MOTIVAÇÃO DO CRIME EM FOCO

EUAN GUIMARÃES

Depois que os restos mortais que podem ser do indigenista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips foram localizados na Amazônia, a força-tarefa da Polícia Federal agora direciona investigações na tentativa de esclarecer a motivação dos assassinatos e se os crimes foram encomendados. A dupla desapareceu em 5 de junho, na região do Vale do Javari. O material humano e o local onde os corpos foram encontrados ainda passam por perícias. O indigenista sofria ameaças de pescadores e caçadores ilegais da região, mas a polícia investiga outras hipóteses, como crime encomendado por traficantes de drogas.

A polícia informou que já há cinco suspeitos sendo investigados. Durante coletiva no dia da descoberta dos corpos, o superintendente da PF no Amazonas, Eduardo Alexandre Fontes, informou que houve disparos de arma de fogo, mas somente a perícia dirá sobre a causa da morte. O presidente Jair Bolsonaro (PL) publicou ontem em seu perfil no Twitter mensagem de lamento pelas mortes em resposta a uma publicação feita pela Funai. "Nossos sentimentos aos familiares e que Deus conforte o coração de todos", escreveu, sem citar os nomes das vítimas.

A polícia diz que novas prisões poderão ocorrer no decorrer das investigações do assassinato no Vale do Javari, no sudoeste do Amazonas. Os suspeitos que já tiveram os nomes divulgados até o momento são Amarildo da Costa Oliveira, conhecido como Pelado, e seu irmão Osney da Costa de Oliveira, conhecido por Dos Santos. Na quarta-feira, Osney confessou que ele e Amarildo mataram Bruno e Dom, que foram esquartejados e tiveram os corpos incendiados. Pelado está preso desde 7 de junho.

A dinâmica do crime ainda é objeto de apuração. Testemunhas relataram ter visto Pelado e outros suspeitos perseguindo a lancha usada por Pereira e Phillips. Os restos mortais recolhidos a três quilômetros das margens do rio começaram a ser periciados a partir de hoje, para confirmação das identidades.

**ANÁLISE RÁPIDA** O exame de DNA trará robustez à investigação não só por identificar as vítimas, mas também para comparar com eventuais vestígios que seriam encontrados nos locais. É a partir daí se monta a dinâmica do crime. Geralmente, o exame é feito com um prazo de 30 dias, mas é possível que seja concluído em até 10 dias, explica o presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF), Marcos Camargo. Os pe-

A polícia não descarta que ocorram mais prisões no Vale do Javari

ritos devem fazer o exame necropsicó nos corpos para tentar averiguar o que causou a morte dos dois, quantos disparos foram feitos e se eles realmente faleceram por arma de fogo. Os primeiros indícios, segundo a PF, indicam que foram mortos a tiros, os corpos carbonizados e enterrados. A polícia não confirma e nem descarta haver relação com outros crimes na região. Mas os irmãos presos são investigados pela PF e MP na autoria da morte do servidor da Funai Maxclet Pereira dos Santos, em 2019, na cidade de Tabatinga.

A princípio, ele (Amarildo) alega que foi disparo de arma de fogo, mas temos que aguardar a perícia realmente para ela identificar qual foi a causa da morte, as circunstâncias e a motivação aliado ao que nos temos produzido e vamos produzir", afirmou o superintendente do Amazonas, na quarta-feira. Nova reconstituição deverá ser feita no trajeto percorrido pelas duas vítimas.

Após conclusão pericial, a polícia deverá localizar o barco em local apontado por Pelado e procurar as armas usadas no crime, uma vez que testemunhas informaram que viram o principal suspeito portando uma espingarda e um cinturão de balas.

**MOBILIZAÇÃO** Ao longo desses dias, pelo menos 100 indígenas voluntários de cinco diferentes etnias tiveram papel fundamental nas buscas. Foram eles que encontraram os pertences dos dois e também o barco de Amarildo da Costa Oliveira e Pelado, detido como suspeito pelo desaparecimento.

Apesar da importância da participação, na coletiva de imprensa de quarta, a Polícia Federal não fez menção ao trabalho dos indígenas e não havia nenhum deles sentado à mesa, apenas representantes de várias instituições envolvidas nas buscas. Após a coletiva, o superintendente da Polícia Federal do Amazonas (PF-AM), Alexandre Fontes, se desculpou por não ter citado os indígenas.

Segundo a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), os indígenas começaram as buscas antes mesmo das autoridades brasileiras. Além disso, foram eles que mapearam os 26 km<sup>2</sup> de extensão percorridos pelas equipes de busca. Participaram indígenas das etnias Maritubo, Maituruna, Matsigenka e Kanamaris. As equipes foram treinadas pelo próprio indigenista Bruno Pereira durante uma atividade da Univaja.



Restos mortais chegam a Brasília

VICTOR CORRÊA

Brasília - Os restos mortais encontrados durante as buscas pelo jornalista britânico Dom Phillips e pelo indigenista Bruno Pereira chegaram a Brasília no início da noite desta quinta-feira (16/6) para passarem por perícia. Os corpos chegaram em caixões que foram carregados por policiais federais, entre eles o diretor-executivo da instituição, delegado Sandro Avellar.

O avião que transportava os restos mortais encontrados pelas equipes de busca no Amazonas pousou por volta das 18h no Aeroporto de Brasília, vindo de Tabatinga, e taxiou para o hangar

da Polícia Federal (PF). Os corpos seguiram então para o Instituto de Criminalística da corporação, onde passarão por identificação para confirmar se são mesmo de Bruno e Dom. A expectativa é que os exames estejam prontos até a próxima semana.

O ministro da Justiça, Anderson Torres, confirmou na noite de quarta-feira que "remanescentes humanos" haviam sido encontrados em escavações na região do desaparecimento, no Vale do Javari, Amazonas. Em coletiva ainda nesta quarta, a Polícia Federal (PF) afirmou que há "grandes chances" que os corpos sejam dos desaparecidos, mas precisa a perícia para confirmar.

Como os corpos estão em es-

tágio avançado de decomposição, os peritos farão exames de DNA para comparar os vestígios à genética de familiares de Pereira e Phillips. Também poderão ser feitos exames de arca dentária.

Os pertences de Dom e Bruno foram encontrados no do-

mingo, dia 12, por indígenas da etnia Kanamaris. Foram achados uma mochila com roupas, remédios e um cartão de saúde submersos no Rio Itaquai, próximo à cidade de Atalaia do Norte. Os corpos dos dois foram encontrados a cerca de três quilômetros deste local.

VICTOR CORRÊA/AG. UVA PRESS



RAÚL MURFF



Corpos que podem ser de Dom Phillips e Bruno Pereira saíram de Atalaia do Norte e chegaram na noite de ontem ao Aeroporto de Brasília (alto)

Família pede 'paz' e 'privacidade'

NATASHA WERNICK

Nesta quinta-feira (16/6), a família do jornalista britânico enviou um comunicado prestando condolências às esposas da dupla e pedindo privacidade para lidar com a perda.

"Estamos de coração partido com a confirmação de que Dom e Bruno foram assassinados e estendemos nossas sinceras condolências a Alessandra (Sampaio, mulher de Dom), Beatriz (Matos, mulher de Bruno) e outros familiares brasileiros dos dois", informa a nota. No texto,

Parentes das vítimas, que se mobilizaram pelas buscas, agradeceram trabalho de indígenas

a família agradece "a todos que fizeram parte das buscas, especialmente os grupos indígenas que trabalharam incansavelmente para encontrar evidências do ataque".

Os parentes de Dom disseram que não momento adequado vão apresentar as "perspectivas sobre essas vidas corajosas e o importante trabalho desses homens extraordinários". No entanto, pediram paz e privacidade para lidar com o que acontecer com nosso amado Dom".

Ontem a esposa do indigenista Bruno Araújo, a antropóloga Beatriz Matos, escreveu em seu Twitter: "Agora que os espíritos do Bruno estão passando na floresta e espalhados na gente, nossa força é muito maior".



CARLE DE SOUZA/APP

ONU pede que Brasil reforce os órgãos federais responsáveis pela proteção dos povos indígenas e meio ambiente. Região amazônica tem histórico de violência e impunidade

# Dia de protestos e cobranças

O Escritório de Direitos Humanos da ONU cobrou ontem que autoridades brasileiras reforcem os órgãos federais responsáveis pela proteção a povos indígenas e ao meio ambiente. Entre as medidas solicitadas estão ações para prevenir e proteger os territórios indígenas de incursões de agentes ilegais, "inclusive pelo fortalecimento dos órgãos governamentais responsáveis pela proteção dos povos indígenas e do meio ambiente", como o Ibama. Na Europa, líderes indígenas brasileiros denunciaram em Bruxelas um clima de violência e "impunidade" na Amazônia.

Os representantes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que reúne entidades de todo o país, se manifestaram em frente à sede da União Europeia (UE), na Bélgica, e garantiram que os desaparecimentos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips estão ligados à impunidade e à violência que imperam na região. Um dos líde-

**Líderes indígenas brasileiros protestaram ontem contra violência na Amazônia em frente à sede da União Europeia (UE), na Bélgica**



res indígenas presentes em Bruxelas, Dinamam Tuxa, disse que tanto os criminosos quanto o governo brasileiro são responsáveis pelas mortes.

"Bruno e Dom Phillips foram

vítimas de políticas do governo, de organizações criminosas que não se importam com as denúncias", declarou. Tuxa lembrou que centenas de indígenas e ativistas ambientais foram assassinados

nas últimas décadas por denunciar a criação de gado, o garimpo, a pesca e a extração de madeira ilegais na Amazônia.

"O governo brasileiro não quer lutar contra essas violações, prin-

cipalmente os crimes ambientais. A sensação é de que há impunidade", disse. "Queremos justiça para Dom, para Bruno, para as lideranças indígenas, para os ativistas ambientais assassinados justamente por enfrentar as atividades ilegais na Amazônia, acrescentou.

ONGs internacionais também já manifestaram indignação. A Amazônia está "à mercê da lei do mais forte, sob a qual a brutalidade é recorrente", lamentou ontem a WWF, expressando sua "indignação" pelo fracasso do Estado em proteger os povos da floresta e seus defensores". O Greenpeace afirmou que nos últimos três anos o Brasil se configurou como a terra da lei do "vale tudo", alimentada pelas "ações e omissões" do governo de Jair Bolsonaro.

"Não há problema em invadir e tomar terras, não há problema em proliferar a mineração, não há problema em extrair madeira ilegalmente, não há problema em fazer qualquer conflito territorial. É vale a pena matar para garantir

que nenhuma dessas atividades criminosas seja impedida", denunciou a ONG.

**"CRIME POLÍTICO"** A União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), cujos integrantes participaram ativamente das buscas, qualificou o assassinato como "crime político", já que ambos eram "defensores dos direitos humanos". "Sabemos que eles fazem parte de um grupo maior", acrescentaram.

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) afirmou que nos últimos anos o trabalho de jornalistas e ambientalistas têm servido para mostrar os "records" de crimes ambientais na Amazônia, assim como os assassinatos de ativistas e os cortes nos órgãos de controle ambiental.

Em 2020, 20 assassinatos de ativistas ligados à causa ambiental foram cometidos no Brasil, segundo o Greenpeace. "Paralelamente, o presidente e seus aliados se tornaram protagonistas dos ataques à imprensa", disse a Abraji.

## Vale do Javari concentra disputas

THAYS MARTINS

O desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips fez com que nos últimos dias os olhos do mundo se voltassem para a criminalidade na Amazônia. O desfecho do caso, com a confissão de um dos suspeitos e a localização de restos mortais, é mais um capítulo do histórico de violência na região do Vale do Javari, no Oeste do Amazonas.

A região, que faz fronteira com o Peru, abriga a maior quantidade de povos não-contatados do mundo, e tem sido alvo de disputas por criminosos que tentam explorar a

região. A terra indígena foi demarcada em 2001 e, desde então, sofre com atividades ilegais.

Bruno Pereira, que era servidor licenciado da Fundação Nacional do Índio (Funai), estava na região exatamente para apoiar a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) no combate ao crime. Lá, ele ajudou a fundar uma equipe de vigilância. Os cerca de 20 indígenas faziam monitoramento da região e documentavam os achados. Os integrantes do grupo colaboraram nas buscas pelos dois.

Desde 2018, as bases da Funai na reserva sofreram com ao menos oito ataques a tiros, segundo

a Indigenistas Associados, associação de servidores da Funai. Em 2019, a Justiça determinou que o governo federal desse mais segurança para a região. Foi também em 2019 que um colaborador da Funai morreu assassinado na cidade de Tabatinga, próxima à terra indígena. Maxciel Pereira dos Santos levou dois tiros na nuca, após receber diversas ameaças. Até hoje, a investigação não foi concluída e nenhum suspeito foi indiciado. Em 2021, a Univaja produziu um relatório que foi entregue ao Ministério Público Federal de Tabatinga, no Amazonas, com relatos do aumento das invasões de criminosos na região.



Atalia do Norte: desde 2018, base da Funai na Região Oeste do Amazonas sofreu pelo menos oito ataques

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Nacional Página: 4 e 5